

NOME DA PRÁTICA

131. JUSTIÇA ITINERANTE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LOCALIDADE

Rio de Janeiro / RJ

AUTOR(ES)

Tribunal

DATA DA SUBMISSÃO

10/09/2019

CATEGORIA

Tribunal

ASSUNTO PREPONDERANTE

(Não informado)

ENDEREÇO

Rua Dom Manuel, 37, SALA 404, Centro, Rio de Janeiro, RJ

PRÁTICA JÁ APRESENTADA?

Não

EM FUNCIONAMENTO DESDE

5/2017

DESCRIÇÃO RESUMIDA

O Projeto surgiu da necessidade de facilitar o acesso à Justiça e à documentação ao encarcerado e seus familiares, que não conseguem regularizar sua situação civil, exercer seus direitos de cidadão e se preparar para retornar ao trabalho e ao convívio social. A proposta foi levar a JUSTIÇA ITINERANTE ao Sistema Penitenciário, especialmente para atender as demandas nas áreas cíveis, família, infância, juventude e idoso, além do registro civil das pessoas naturais, de forma a alinhar a missão institucional do PJERJ com as políticas públicas destinadas à ressocialização da população carcerária. Optamos em iniciar pelas unidades de regime aberto e semiaberto, visando também a preparação do encarcerado para o trabalho extra muros, sendo realizado o projeto piloto no INSTITUTO PENAL OSCAR STEVENSON de regime semiaberto e efetivo feminino, a segunda unidade atendida foi a CASA DE ALBERGADO CRISPIN VENTINO de regime aberto e efetivo masculino e por último atendemos no INSTITUTO PENAL PLÁCIDO DE SÁ CARVALHO de regime semiaberto e também com efetivo masculino. Em 2017, nas 3 unidades prisionais acima citadas realizamos ao todo 7 eventos, sendo 3 no 1º semestre, retornando na mesma unidade no 2º semestre. Sendo que na última unidade retornamos três vezes visto ter um efetivo maior de internos.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO

(Não informado)

EXPLIQUE COMO SUA PRÁTICA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

Com a simplificação dos procedimentos da JUSTIÇA ITINERANTE, pudemos obter a celeridade para resolver as demandas dos internos dos sistema carcerário nas áreas cíveis; família; infância, juventude e idoso e principalmente a registral. A equipe da JUSTIÇA ITINERANTE (Juiz, Promotor, Defensor e Servidores) resolvem no mesmo dia do evento na Unidade Prisional, a situação civil e documental dos internos, como: Regularizar a guarda dos seus filhos menores; Iniciar o processo de Registro Tardio de Nascimento do interno que só possua o RG criminal e não o civil por nunca ter sido registrado; Reconhecer a Paternidade/Maternidade dos seus filhos e também poder ser reconhecido por seus ascendentes; Reconhecer a União Estável e Converter em Casamento daqueles que já vivem juntos, inclusive os Homoafetivos; Retificar o Registro Civil de Nascimento/Casamento dos internos e familiares para que possam receber visitas; Divórcio; entre outras ações. Com o apoio dos parceiros como o DETRAN/RJ realizamos in loco a identificação civil para emissão da carteira de identidade/RG; a Receita Federal emite e regulariza o CPF; o TRE regulariza o título de leitor com relação às multas por falta de comparecimento às urnas, já que estavam encarcerados; o Exército Brasileiro informa em qual Junta Militar o interno poderá regularizar seu certificado de reservista; os Cartórios (RCPN) fornecem a segunda via das certidões de nascimento e a Corregedoria-Geral de Justiça realiza a busca de certidões de nascimento/casamento inacessíveis do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados; entre outros.

QUAL A PRINCIPAL INOVAÇÃO DA SUA PRÁTICA?

Com a JUSTIÇA ITINERANTE, é oferecido ao interno na própria Unidade Prisional, o acesso ao Judiciário, à Justiça e à documentação básica, de forma célere e simplificada, entregando ao encarcerado a sentença no mesmo dia do evento, além de sua documentação como certidões de nascimento/casamento; CPF, carteira de identidade, entre outros.

EXPLIQUE COMO OCORREU O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÁTICA.

Efetivar a prestação jurisdicional, resolvendo a situação civil dos internos para reconhecer seus filhos registrados apenas pela mãe; realizar seu casamento para que possa ter direito a visita íntima; conceder a guarda de seus filhos para um responsável; etc. Na parte documental, efetuar a entrega aos internos, que por estarem presos não podem ir aos órgãos solicitar sua Certidão de Nascimento ou Casamento; sua Carteira de Identidade, seu CPF, entre outros documentos.

QUAIS OS FATORES DE SUCESSO DA PRÁTICA?

A proposta foi iniciada pelas unidades de regime aberto e semiaberto, visando também, fornecer documentos aos internos para o trabalho extramuros. Começamos em 3 unidades prisionais, sendo uma feminina, que foi o Instituto Penal Oscar Stevenson de regime semiaberto e duas unidades masculinas, que foram a Casa de Albergado Crispim Ventino de regime aberto e o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho de regime semiaberto. O plano de ação ocorreu em 5 etapas: I. Identificação das unidades prisionais a serem atendidas; II. Realização de palestras de sensibilização aos internos explicando os tipos de atendimentos que seriam oferecidos; III. Coleta de dados, identificando as necessidades de cada interno; IV. Contatar os parceiros para a realização dos atendimentos; V. Realização efetiva dos atendimentos, programando os eventos em módulos, com data de retorno à mesma unidade.

QUAIS AS DIFICULDADES ENCONTRADAS?

Nas unidades prisionais do Estado do RJ, nossa maior dificuldade está sendo a emissão da Carteira de Trabalho on line, visto que a internet do sistema prisional não possui a carga necessária para tal expedição. Os Certificados de Reservista para os internos também não foram possíveis emitir. Eles só poderão regularizar sua situação militar na Junta Militar mais próxima da residência, após a liberdade.

DESCREVA RESUMIDAMENTE AS ATUAIS ETAPAS DE FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA.

(Não respondido)

INFRAESTRUTURA

(Não respondido)

EQUIPE

Tribunal de Justiça E. do RJ: Juiz de Direito = 3; Promotor de Justiça = 1; Serventuários da Justiça = 5; Motorista do ônibus = 1; Motoristas dos carros de apoio = 2; Técnico de informática = 1; Eletricista = 1 Defensoria Pública do Estado RJ = Defensor Público = 1 + Estagiários = 13 Oficial do Cartório-RCPN = 1; DETRAN/RJ = 5 funcionários; Justiça Federal-TRF2ª Região = 2 Juízes Federais + 4 servidores; DPU = 1 Defensor Público da União; INSS = 1 servidor.

OUTROS RECURSOS

Ainda estamos buscando aprovar recursos para a instalação de um link de acesso a internet potente para alguns trabalhos on line.

PARCERIA

(Não respondido)

EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

> 1 veículo ÔNIBUS ITINERANTE adaptado e equipado para a realização dos atendimentos e audiências, com 4 laptops, 2 impressoras, 1 copiadora, com 10 mesas; 30 cadeiras; material de expediente (cartuchos e toner para as impressoras, papel A4, capas de processos, canetas, grampeadores, clips, etiquetas,...); água mineral > 3 veículos de apoio (1 VAN e 2 GOL) para condução dos funcionários e dos Juízes

ORÇAMENTO

Os Juízes, Defensores, Promotores e funcionários não recebem nenhuma remuneração extra para atender no Projeto, além dos seus salários mensais para atuação em seus próprios órgãos. Apenas nos dias dos eventos são designados para atuarem nas unidades prisionais. Sendo assim, os recursos destinados a este projeto são bem pequenos, ou seja, apenas combustível dos veículos, material de expediente/consumo. Em média cada evento tem o custo de R\$ 2.800,00. Em 2017 o orçamento destinado ao projeto foi de R\$20.000,00, foram realizados sete eventos.

